




Securitização Política no Brasil e Peru: Raízes, Semelhanças, Diferenças e o Fenômeno da Polarização

Gustavo Tatsuo Anciutti Yutani ^{*}, Arthur da Silva Galúcio , David Fernando Santiago Villena Del Carpio 

Universidade Positivo

*Autor correspondente. E-mail: gustavotatsuo@gmail.com

Resumo

Esse estudo explora as raízes da polarização política no Brasil e Peru, utilizando a lente da teoria da securitização para compreendermos as crises políticas nas eleições brasileiras de 2018 e 2022 e as peruanas de 2021. Os Estados vêm de uma similaridade política e militar do passado, guiando os agentes securitizadores nos dias de hoje, destacam-se as tentativas de securitizar as eleições e as instituições políticas em ambos os Estados. Agentes securitizadoras se utilizam da estratégia de se evocar memórias e medos do passado para tomar medidas extraordinárias perante instituições e indivíduos indesejáveis. Personagens ligados ao bolsonarismo e ao fujimorismo se tornaram os principais expoentes desse tipo de discurso anti institucional em seus respectivos Estados, porém, com diferentes graus de sucesso. As instituições brasileiras se mostraram mais sólidas que as peruanas perante as tentativas de securitização, apesar de ambas apresentarem problemas relativos à sua organização e legitimidade política interna. Isso demonstra os diversos desafios que ambas as democracias vêm enfrentando desde suas redemocratizações. Ambos enfrentam um passado autoritário similar que ainda não foi totalmente superado, e que portanto, deve ser analisado para melhor compreendê-lo a fim de futuramente emancipar-se dele.

Palavras-chaves: Securitização, Polarização, Eleições, Bolsonarismo, Fujimorismo.

1. Introdução

O ciclo eleitoral latino-americano que ocorreu entre 2021 e 2024 evidenciou a crescente polarização política que assola o continente. De acordo com (Zovatto 2022) das 15 eleições que ocorreram entre 2021 e 2022, 14 presenciaram uma alternância de poder. As eleições de México, República Dominicana, Uruguai e Venezuela ocorreram posteriormente ao texto de Zovatto, dentre essas, Uruguai e México presenciaram uma alternância de poder. Portanto, nesse ciclo, apenas Nayib Bukele (El Salvador), Daniel Ortega (Nicarágua), Nicolas Maduro (Venezuela) e Luis Abinader (República

Dominicana) conseguiram se reeleger no continente. O que não se mostra como uma surpresa, considerando que a legitimidade política e eleitoral desses governos é contestada por vários órgãos internacionais¹, com a exceção do governo dominicano. Conclui-se que o cenário político latino-americano é de insatisfação popular generalizada, evidenciada pela alta taxa de alternância de poder.

Este artigo visa investigar as raízes da polarização e da securitização nas eleições presidenciais do Brasil (2018–2022) e do Peru (2021) e as relações desses projetos com a polarização. Será realizado um levantamento abrangente de dados e artigos, além de uma análise histórica, política e econômica dos dois países. A partir desse levantamento, serão apresentadas uma série de reflexões acerca dos desafios encontrados. Buscaremos, também, apontar as semelhanças e diferenças entre os dois casos e seus desdobramentos. Esse estudo se mostra necessário considerando o cenário anteriormente apresentado, pois, a fragilidade institucional e política não se limita aos problemas internos dos países, mas também se entrelaça com tendências regionais e origens históricas comuns entre os vizinhos.

Esta análise se baseará na teoria da securitização e no conceito de polarização política. O conceito de securitização demonstra ser útil para analisar situações que envolvam a tentativa ou a concretização de uma ruptura institucional. Já a polarização política contribui para a compreensão da insatisfação popular que pode impulsionar os movimentos securitizadores, além de nos evidenciar alguns problemas históricos e sociais das sociedades avaliadas.

2. Securitização nas eleições: casos brasileiro e peruano

A polarização política é um fenômeno antigo na história da política. Por exemplo, durante a revolução francesa cunharam-se os conceitos de esquerda e direita, utilizados até hoje para representar diversas ideologias políticas. Em sua origem, a direita buscava a conservação das ideias, privilégios e instituições, enquanto a esquerda buscava mudanças radicais na constituição que estava sendo elaborada (Orsini e Oliveira Júnior 2023).

No entanto, essa dicotomia apresenta limitações, pois simplifica a complexa gama de ideias e gera estereótipos. Além disso, abre espaço para a interpretação de que esquerda e direita são conceitos relativos, portanto dependentes do observador e do cenário apresentado. Acreditamos que o cerne que diferencia à direita da esquerda é a classe à qual o objeto está servindo. Isso, contudo, não significa que não possa existir uma polarização intersetorial, até porque diferentes setores da elite podem disputar entre si.

Também é importante considerarmos que a política é feita de contradições, e, apesar das elites dominarem o debate público, as necessidades dos trabalhadores podem

1. Segundo a Human Rights Watch, o governo de Nayib Bukele tem sido marcado por um estado de emergência em vigor desde março de 2022, que suspendeu diversos direitos básicos dos cidadãos. Durante esse período, foram registradas graves violações de direitos humanos, como detenções arbitrárias e a falta de garantias ao devido processo legal. Já o governo de Daniel Ortega também tem intensificado as violações aos direitos humanos, direcionadas especialmente contra seus opositores. Entre as ações mais graves, destacam-se a retirada da nacionalidade de mais de 300 pessoas e o encarceramento de 81 críticos do regime. Por fim, segundo o The Carter Center, a eleição de Nicolas Maduro não atingiu os padrões internacionais de integridade eleitoral.

emergir a partir do momento que o tensionamento entre as classes esteja se tornando de difícil controle para as elites.

Entendemos que a leitura marxista é a mais consistente para fazermos essa análise em conjunto das lentes da securitização, pois, o marxismo nos possibilita analisar como os discursos e práticas dos agentes estão conectados a história de seus contextos sociais e como esses discursos se relacionam com os constantes processos de mudança social. Ademais, o marxismo entende que a história está em uma constante polarização, representadas nas lutas de classe, que como descreve Losurdo, são as expressões históricas de diversos grupos e conflitos inertes nas sociedades.

Na grande crise histórica da primeira metade do século XX, a “luta de classes”, ou melhor, as “supostas hostilidades entre proletariado e burguesia”, desenvolve, um papel bastante modesto; é decisiva, porém, aquela que Hermann Göring, com o olhar voltado sobretudo para o choque entre o Terceiro Reich e a União Soviética, define como a “grande guerra racial”. A tentativa da Alemanha nazista de reduzir os eslavos à condição de escravos negros a serviço da raça dos senhores e a resistência épica de povos inteiros a essa guerra de sujeição colonial e de substancial escravização, em resumo, a “grande guerra racial” promovida pelo Terceiro Reich, não têm nada a ver com a luta de classes? (Losurdo 2015, 13).

Com base na leitura, podemos afirmar que a polarização política ², é uma característica e estruturante da política, portanto, faz parte de sua dinâmica, mas, também desempenha um papel na criação de novas estruturas e paradigmas. A dúvida que surge é o porquê da palavra passar a ser evocada tão constantemente para se referir ao cenário político latino. Podemos considerar apenas que a palavra “entrou na moda”, porém, como iremos apresentar posteriormente, existem dados estatísticos que colaboram para o entendimento de que sim, a polarização aumentou.

O acirramento da polarização política gera um terreno fértil para a proliferação de práticas securitizadoras. Atores securitizadores exploram a narrativa “nós” contra “eles” para justificar medidas extraordinárias. Durante o estudo serão apresentados discursos securitizadores onde candidatos de direita tendem a evocar o “comunismo” para desprestigiar o rival político de esquerda. Isso não quer dizer que a polarização é necessariamente uma causa para a securitização, mas que, a polarização acaba facilitando a penetração de alguns discursos securitizadores no imaginário popular. Nas palavras de Carmali sobre o conceito de segurança:

O conceito de segurança [da Escola de Copenhague] está indissociavelmente ligado ao conceito de amigo/inimigo, ou, por outras palavras, segurança é equivalente ao conceito de sobrevivência. Desta apreensão do conceito de segurança deriva a designação do conceito de segurança como política de exceção. (Carmali 2008, 114).

2. Existem diversas interpretações acerca do que é a polarização em diferentes áreas, contextos e ideologias. Neste artigo, consideramos a polarização política como um fenômeno de conflito, distanciamento e rejeição a figuras e ideologias políticas representantes de classes distintas. O que não quer dizer que consideremos, por exemplo, todos os candidatos anti-fujimoristas como representantes da classe trabalhadora, mas sim, como oportunistas ou representantes da insatisfação popular sobre a ideologia de Fujimori e das elites que apoiam suas políticas.

Já o conceito de securitização foi desenvolvido pela Escola de Copenhague que vem se mostrando como uma importante ferramenta para compreendermos os projetos políticos que buscam essa ruptura institucional. Barry Buzan e Ole Waever são os principais expoentes dessa escola de pensamento pós-estruturalista, que se iniciou como uma forma de pensar a segurança nacional europeia e se expandiu para explicar fenômenos distintos ao redor do globo. De acordo com Buzan:

A maneira de estudar securitização é estudar o discurso e as constelações políticas: [...] Se, por meio de um argumento acerca da prioridade e da urgência de uma ameaça existencial, o ator securitizador conseguiu se libertar dos procedimentos ou das regras aos quais ele ou ela deveria estar vinculado(a), estamos testemunhando um caso clássico de securitização (Buzan e Hansen 2012, 323).

Portanto, os estudos de securitização nada mais são do que uma análise de discursos que buscam influenciar a opinião pública a fim de ultrapassar limites institucionais com medidas extraordinárias a partir do argumento de que certo problema é uma ameaça existencial para o Estado.

A análise da securitização³ não é simples, diversos discursos securitizadores acontecem ao mesmo tempo, esses discursos podem ou não se entrelaçar, suceder ou falhar, as variáveis que determinam isso são inúmeras, sendo impossível ter certeza dos rumos de certo discurso securitizador. Conseqüentemente, a maioria das pesquisas que se fundamentam na teoria da securitização analisam discursos que já alcançaram seus objetivos, seja parcial ou totalmente, no processo de securitização. Abaixo, elaboramos um esquema visual que ajudará no entendimento do processo securitizador (Figura 1).

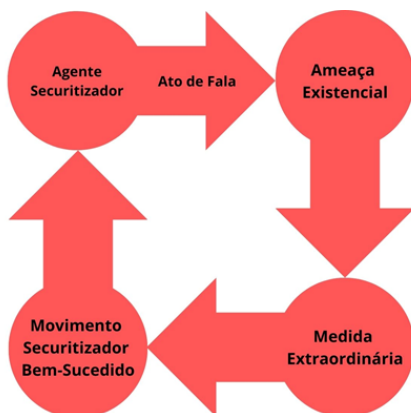


Figura 1. Interpretação visual do processo securitizador

Fonte: Elaboração própria dos Autores a partir da interpretação dos textos de Waever e Buzan.

3. Os estudos acerca da securitização são divididos em diversos setores, como a securitização do setor militar, político, econômico, ambiental e societal. Nesse artigo, utilizaremos as categorias de securitização política, econômica e militar.

O sucesso da securitização depende do apoio das elites e da efetividade do convencimento da população sobre a urgência de medidas extraordinárias para conter uma ameaça existencial. Apesar da grande maioria das securitizações serem consideradas negativas, existem casos de securitização positiva, como foi o caso da pandemia da COVID-19 que demonstrou que a securitização pode ser utilizada para salvar vidas, pois, diversas medidas extraordinárias foram tomadas perante a urgência de se frear a propagação do vírus.

No entanto, como todo processo político, a securitização é permeada por contradições e efeitos adversos. É fundamental analisar criticamente os impactos da securitização e buscar mecanismos para minimizar seus efeitos negativos. Nas seções a seguir analisaremos o contexto brasileiro e peruano a partir dos seus dados e momentos relativos à polarização, após isso, iremos conectar essas informações para entendermos a relação entre a polarização e a securitização no cenário eleitoral, político e militar brasileiro.

Pesquisar a polarização e a securitização política brasileira se torna cada vez mais necessário diante das instabilidades da política interna e internacional do país. Estados ao redor do mundo apresentam desafios relacionados à polarização e essas instabilidades se manifestam em diferentes formas, como a crescente desconfiança nas instituições eleitorais, a intensificação dos discursos de ódio e a mudança de posturas consolidadas em relação a atores internacionais. A seguir, apresentaremos uma série de dados sobre a polarização visando compreender o cenário político atual a partir de fatos que ocorreram através das décadas passadas. Em seguida, discutiremos as causas desses dados para aprofundar nossa análise.

2.1 A securitização política brasileira: o fenômeno da polarização

A revista Opinião Pública, em 2023, um artigo com diversos dados que sustentam a tese de que a polarização política aumentou no Brasil nos anos recentes. Esse levantamento demonstrou um aumento de quase 16 pontos percentuais entre 2014 e 2018 entre pessoas que se identificavam com a direita, um aumento de pouco mais de 7 pontos percentuais entre aqueles que se identificam com a esquerda e, uma redução considerável entre aqueles que não sabiam ou não queriam responder sobre sua ideologia (Figura 2).

Outro dado relevante da pesquisa é o crescimento da desafeição com o candidato rival a partir de 2014, se intensificando em 2018. Em 2010, a avaliação média dos eleitores sobre o candidato opositor era próxima de 5. Já em 2018, essa média cai para 2,12 entre os eleitores do PSDB e 3,71 entre os do PT (Figura 3).

Nesse contexto, o antipetismo emerge como um fator central para o acirramento das disputas políticas, configurando um desequilíbrio entre os polos ideológicos. Essa dinâmica também é moldada pela tradição histórica do Brasil, marcada pela forte presença do personalismo⁴ na política.

O personalismo político brasileiro é um fenômeno com raízes históricas complexas, sendo, então, uma amálgama de características brasileiras historicamente condicionadas.

4. O personalismo político brasileiro é um conceito influenciado primariamente por Sérgio Buarque de Holanda e outros autores da historiografia brasileira. O que se difere da filosofia personalista cunhada por Emmanuel Mounier em seu livro “O Personalismo”.

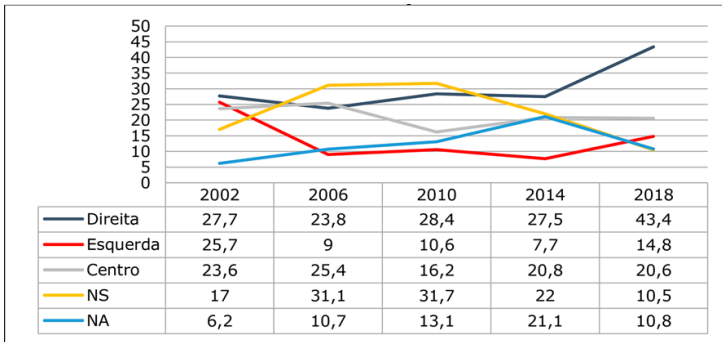


Figura 2. : Evolução da média do sentimento em relação ao candidato opositor, por identidade partidária, 2002 – 2018 (% do eleitorado)

Fonte: Fuks; Marques, (2022).

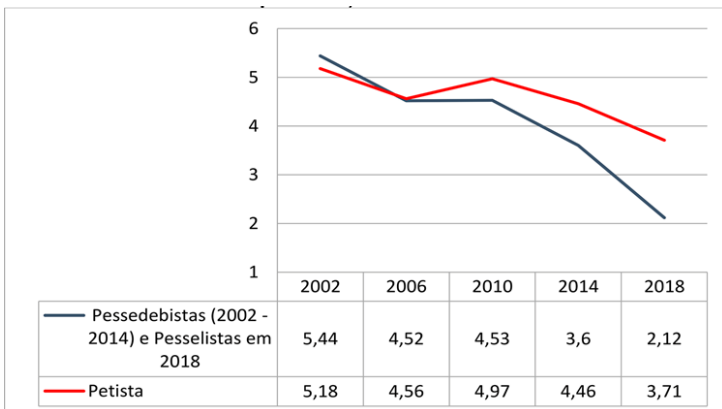


Figura 3. Evolução da auto localização ideológica dos brasileiros, 2002 – 2018 (% do eleitorado)

Fonte: Fuks; Marques, (2022).

O personalismo é o resultado de uma nação que incorporou características lusitanas e as modificou às suas próprias condições materiais. Essa síntese se inicia no mito sebastianista, incorporando posteriormente o coronelismo, clientelismo e mandonismo (Santos 2014).

Esse cenário acabou favorecendo a ascensão de líderes carismáticos na política brasileira, cujo primeiro grande sucesso após o fim do império tenha sido Getúlio Vargas, que governou o Brasil em duas oportunidades, entre 1930-1945 e 1951-1954. O personalismo de Getúlio estava ligado à dominação carismática weberiana, onde havia uma relação de dominação entre sua figura e seus admiradores. Nessa relação, existia um sentimento de que Vargas era uma figura salvadora e admirável, portanto, suas investidas autoritárias eram ignoradas ou apoiadas pelos seus simpatizantes (Santos 2014).

Esse cenário de idealismo e santificação das figuras políticas carismáticas favorece a expansão tanto da securitização quanto da polarização. O apoio político incondicional colabora para o avanço das medidas excepcionais, isso porque, não se desenvolve a desconfiança da tomada de decisão do líder e o convencimento de que existe uma ameaça existencial é facilitado. Já a polarização, acaba-se expandindo, pois a figura carismática é tão forte no cenário interno que acaba subjugando a política envolta de si, favorecendo as paixões contra e a favor.

Durante as primeiras eleições do século XXI não houve uma grande polarização nas urnas presidenciais, fato esse que se deve por não ter um candidato de direita conservador competitivo e carismático o suficiente para atrair eleitores que estavam na centro-direita (Singer 2021). Dito isso, é importante salientar o tipo de comportamento peculiar que a polarização brasileira recente apresenta, os sentimentos positivos e negativos relacionados ao petismo são predominantes, pois somados essas identidades políticas somam quase 50% do eleitorado. Porém, esses sentimentos não resultam em um grande movimento de massas e nem em uma mobilização massiva em partidos políticos (Ortellado, Ribeiro e Zeine 2022).

2.1.1 *Securitização brasileira*

No ano de 2018, houve um êxodo do centro político para a direita com a candidatura de Jair Bolsonaro, comumente visto em polarizações políticas, um candidato conservador que trabalhou com a acusação de que o candidato do PT era uma ameaça existencial ao Estado brasileiro. Para isso, ele tentou desprestigiar seu rival político usando os termos “venezuelização” e “comunismo” a fim de convencer a população de que seu adversário político iria causar caos e pobreza caso fosse eleito. Acontecendo algo parecido com o candidato Collor em 1989, usando a difamação de que o candidato rival, Lula, obrigaria o compartilhamento de moradias e confiscaria as poupanças⁵. Essa migração se deu pelos atos de fala dos candidatos ao criar um ‘inimigo’, criando uma agitação nos polos eleitorais e um apoio dos eleitores de centro e de centro-direita, pois criar um ‘inimigo’ é a melhor forma de criar uma unidade.

Após eleito, discursos securitizadores foram frequentes no Brasil durante o governo Jair Bolsonaro (2018-2022). Por exemplo, seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, fez a seguinte declaração em 2019:

5. Ato realizado por Collor em seu primeiro dia em exercício como presidente.

Vai chegar um momento em que a situação vai ser igual à do final dos anos 60 no Brasil, quando sequestraram aeronaves, quando executavam-se e sequestravam-se grandes autoridades, cônsules, embaixadores, execução de policiais e de militares. Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta. E a resposta, ela pode ser via um novo AI-5, via uma legislação aprovada através de um plebiscito, como ocorreu na Itália. Alguma resposta vai ter que ser dada (Amaral 2021).

Nesta fala fica claro vários elementos do discurso securitizador. Primeiro, a ameaça existencial, representada pela esquerda, como elemento revolucionário e violento que destruiria o Estado brasileiro. Também é perceptível o senso de urgência que o locutor tenta passar, para tentar justificar uma ação que passe por cima dos limites institucionais, visando ter uma resposta ágil e efetiva. Este discurso, apesar de não ter alcançado seu objetivo na totalidade, causou um grande efeito na população brasileira, pois é um discurso onde uma figura de renome dentro da direita brasileira planta uma semente de desconfiança nas instituições políticas e legitima a violência contra a esquerda. Os motivos desse discurso securitizador não ter se consolidado em sua totalidade são diversos, mas o principal deles foi a falta de apoio total da elite nacional, o que costuma ser o principal impeditivo das falhas neste tipo de discurso.

Destaca-se que o Brasil tem sua história marcada por movimentos securitizadores e discursos políticos onde se afirma existir um inimigo interno no Estado brasileiro, são geralmente os chamados “comunistas”. Episódios como o golpe do Estado Novo de 1937, o golpe cívico-militar de 1964 e a Operação Lava Jato (2014–2021), são exemplos de situações de instabilidade jurídica, política e institucional que o Brasil enfrenta desde sua formação.

O Plano Cohen e a consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937, foram eventos que influenciaram significativamente os movimentos de securitização brasileiros posteriores. Vargas, governava o Brasil de maneira excepcional desde 1930, porém, ainda era barrado por algumas amarras constitucionais. Para tentar superar essas barreiras, Vargas utilizou dos aparelhos institucionais para divulgar um plano falso que havia sido forjado por membros do exército visando convencer a população de que, um grande movimento comunista para tomar o Estado estava em andamento. A divulgação e participação ativa da mídia colaborou para o convencimento da população e do congresso em relação à necessidade de se tomarem medidas excepcionais.

Com a ampla divulgação do Plano Cohen em 30 de setembro de 1937, inclusive pela Hora do Brasil, coagida pelo medo, a sociedade brasileira preparava-se para conviver com o Estado Novo. Assim, de forma surpreendente, apenas 24 horas depois de receber uma simples nota do Ministério da Justiça, a Câmara dos Deputados, por ampla maioria (2/3), concedeu o “estado de guerra”. Sabendo, inclusive, que as imunidades parlamentares seriam suspensas (Mezzaroba 1992, 95).

Como visto acima, a securitização de Getúlio Vargas triunfou, resultando então na permanência de Vargas no poder e na extensão de seus poderes formais e informais, angariando apoio da população, do congresso e das elites. A saída de Vargas do cargo só se deu após muita mobilização popular advinda dos questionamentos políticos dos

combatentes que se mobilizaram para a Segunda Guerra Mundial, que se viram em um cenário contraditório. Isso, pois eles lutavam contra o fascismo europeu e acaba o encontrando novamente em casa sob a roupagem verde e amarela. Apesar disso, a deposição de Getúlio Vargas parte de si e da alta cúpula do exército, além de que, Vargas seria eleito democraticamente em 1950, demonstrando que, ainda contava com o apoio e confiança das elites e de grande parte da população brasileira.

Já outro exemplo, a Operação Lava Jato demonstra como agentes do sistema judiciário podem colaborar para um projeto securitizador, pois, os indivíduos que trabalham no judiciário também são atores políticos. Isso implica que, esses indivíduos podem subverter suas atribuições a fim de emplacar um projeto político que os favoreça, independente se que para isso eles tenham que incentivar ou exercer atos contrários à norma jurídica que se comprometeram a defender. A Operação Lava Jato se destaca por apresentar características específicas que a configuram como tal. Conforme explica Aragão:

Nos discursos securitizadores [...] a identificação da corrupção como uma ameaça que deveria ser combatida emergencialmente, a legitimação carismática e burocrática dos agentes da Lava Jato e a normalização das formas heterodoxas de atuação foram sentidos que estabeleceram a condição legitimadora para que a Lava Jato obtivesse a sua configuração. (Aragão 2023, 64).

Por fim, a tentativa de securitização do bolsonarismo possui um aspecto diferenciado, pois neste caso, houve a pretensão de securitizar as eleições. Isso se concretizou quando o candidato e seus apoiadores deslegitimaram as instituições eleitorais e jurídicas brasileiras, como ataques contra o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, as urnas eletrônicas e o processo eleitoral na totalidade.

O processo golpista tentou se materializar nas invasões de 8 de janeiro de 2023. Incentivados por uma narrativa golpista ⁶ do então ex-presidente Jair Bolsonaro e pelos meios de comunicação de seus apoiadores, ocorre uma invasão à praça dos três poderes, local onde se concentra os poderes da República do Brasil. Apesar da falha dessa tentativa de golpe, é evidente o dano causado por esse episódio. A invasão é uma síntese de uma série de movimentações políticas anteriormente validadas, sua materialização demonstra que em certos setores políticos da sociedade brasileira a deslegitimação da democracia já é normalizada ⁷

Os motivos pelos quais as invasões de 8 de janeiro de 2023 não resultaram em um golpe de Estado são diversos, envolvendo a atuação ativa e passiva de diversos atores a favor ou contra a movimentação. O que de certo modo causou uma confusão entre os

6. O Brasil já enfrentou momentos de polarização em diferentes períodos históricos, como mencionado ao longo deste artigo. Em todos esses casos, observou-se o surgimento de movimentos securitizadores liderados pela direita, como ocorreu em 1964, com o golpe cívico-militar, e em 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Nesse contexto, Bolsonaro resgata o discurso de uma direita simpática à ditadura, mobilizando parte da população contra o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

7. Destaca-se que as forças armadas foram negligentes perante o seu papel constitucional de garantir a lei e a ordem, isso se deu frente as atitudes tomadas pelos militares com os acampamentos golpistas que se instalaram em Brasília durante meses e que não foram retirados pelos militares antes da invasão e foram posteriormente protegidos pelos mesmos após a retomada da praça dos três poderes (Araújo e Balardim 2024)

poderes da república, que se viram reféns das decisões de diversos indivíduos que não seguiram suas obrigações institucionais. Destacam-se alguns eventos específicos, por exemplo, a inação do governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha e seu secretário de segurança pública Anderson Torres perante as invasões. Esse acontecimento resultou em um decreto presidencial que evocava os artigos 34 e 84 da Constituição, cujo efeito foi a intervenção federal na área de segurança pública do Distrito Federal, sendo nomeado Ricardo Garcia Cappelli para o cargo de interventor (Brasil 2023). Mesmo após a nomeação, diversos agentes da segurança pública se recusaram a seguir as ordens do interventor, um sinal de que muitos daqueles indivíduos concordavam com aquela invasão ou questionavam a legitimidade da intervenção e, por isso, recusaram-se a seguir as ordens.

Se normalizou dentro do campo ideológico de direita do Brasil uma mentalidade anti-legalista, mostrando uma certa efetividade dos agentes securitizadores. Esses, não conseguiram alcançar uma hegemonia envolta da necessidade de se tomar essa medida extraordinária por medo da esquerda. Porém, conseguiram penetrar a mente de diversos agentes do Estado e da população brasileira, o que se pode mostrar um problema nas próximas eleições federais, existindo alto risco de que seu resultado seja contestado novamente e com maior apoio caso algum quadro anti-bolsonarista vença a disputa do executivo.

Tal como o caso brasileiro, o cenário político peruano também é marcado pela instabilidade, pela polarização e pelos movimentos securitizadores. No entanto, o tensionamento político do Peru tem suas peculiaridades que o diferenciam do caso brasileiro. Por exemplo, a preocupação do Estado e da população peruana com a segurança nacional, o que se reflete nas eleições e nos comportamentos da sociedade civil, além de que os discursos securitizadores usando o “comunismo” foram mais frequentes e mais ouvidos, isso se dá pelo passado do Estado peruano com grupos terroristas. A seguir, analisaremos as raízes históricas da polarização peruana a fim de utilizá-la como auxiliar para discutir a securitização perante a eleição presidencial em 2021.

2.2 *A securitização política peruana: o fenômeno do fujimorismo*

Durante a década de 80, denominada de década perdida⁸, logo após um período ditatorial (1968–1980) comandado por generais das forças armadas e a volta da democracia comandada por Fernando Belaúnde Terry, o Estado peruano se viu mais uma vez em uma disputa política e armada, cuja vanguarda era do Partido Comunista Peruano – Sendero Luminoso (PCP-SL) liderados por Abimael Guzmán, um grupo que seguia o ideal “marxista-leninista-maoísta”, aproveitando a troca de regime para pôr em prática seu processo revolucionário.

Após uma década de ataques do grupo terrorista senderista propagada a partir da cidade de Ayacucho⁹ e propagados por camponeses que viviam longe da capital, Lima. O grupo terrorista ocasionou diversos ataques a infraestruturas peruanas, além

8. Designação para o período de crise financeira causada por estagnação econômica, falta de sucesso contra o combate à inflação e desequilíbrio fiscal.

9. Durante os ataques iniciais do grupo terrorista Sendero Luminoso que se concentravam em Chuschi, na província de Ayacucho, ficou evidenciado a falta de importância que era dado a esse território, considerado o mais pobre do país e mais distante da capital (Coimbra, 2011).

de ter sido culpado por 2878 mortes ao longo dos anos (Rengifo e França 2016). Em setembro de 1992, Abimael Guzmán foi preso após diversas missões feitas pelo Grupo Especial de Inteligência (GEIN) e, supostamente, mediante um pedido do assessor de Fujimori, Vladimiro Montesinos, um acordo de paz¹⁰ proposto por Guzmán foi aceito por membros de Sendero e o grupo terrorista foi desfeito (Coimbra 2011).

Alberto Fujimori foi extremamente beneficiado pela captura do líder senderista e com o fim da luta de guerrilhas, já que o mesmo se elegeu com um discurso prometendo o fim do terrorismo. No entanto, os ataques terroristas continuaram a acontecer, principalmente por grupos que se negavam a aceitar o acordo de paz, esses atentados foram usados para continuar a perpetrar o medo na população por Fujimori, dizendo que o terrorismo não haveria terminado. Isso resultou no posterior caos político peruano, que pode ser creditado ao governo Alberto Fujimori (1990–2000), pois, sua eleição e posterior autogolpe em 1992 geraram uma crise política, institucional e partidária que persiste até hoje. Fujimori iniciou um processo anti partidário severo, que fragmentou e destruiu a importância dos partidos políticos (González 2004).

Hoje, existem 12 partidos com representação no congresso peruano além de 12 congressistas independentes, os partidos contam entre 5 e 22 congressistas cada, em um parlamento de 130 assentos¹¹. Isso gerou um fenômeno claro de polarização e fragmentação, pois após a saída de Fujimori da presidência em 2000, todas as figuras políticas relevantes nacionalmente negam ou aderem ao fujimorismo de suas maneiras. Um exemplo claro disso é sua filha, Keiko Fujimori, que já concorreu a três eleições presidenciais no Peru, indo ao segundo turno nas três oportunidades e perdendo em 2021 por cerca de 44 mil votos e em 2016 por aproximadamente 41 mil votos. A principal característica de Keiko é a sua tentativa de reconstruir a imagem do pai como um ator político perseguido e benevolente.

O governo Fujimori permeia o imaginário popular devido a suas diversas faces e polêmicas, incluindo uma condenação por ser o responsável pela morte de 25 pessoas e de 2 sequestros (Marinho 2009). Além de estar sendo julgado pela esterilização forçada de 350 mil mulheres e 25 mil homens camponeses e indígenas (Maciel 2021). Porém, o fator predominante no debate político peruano recente foi seu autogolpe, que foi um momento chave para entendermos as movimentações nas eleições de 2021. Isso porque, a insatisfação com a classe política é muito evidente no Peru, o golpe de Fujimori, atacando os outros poderes da república, representam a concretização de um sentimento popular muito forte na população. As eleições acabam tornando-se um debate sobre a falência das instituições democráticas peruanas.

De acordo com Carlos Melendez, professor de Ciências Políticas na Universidade Diego Portales no Chile, a polarização peruana é um encontro do establishment político da capital Lima e das províncias pobres do resto do país. De acordo com Melendez, as regiões pobres quase não se beneficiaram do crescimento econômico peruano, as elites dominaram a economia formal e minaram qualquer possibilidade de penetração das classes subalternizadas na política econômica (France 24 2023). Esse cenário acabou gerando essa polarização entre as populações da capital e de outras

10. Montesinos defendeu que o grupo radical não teria a mesma força sem Guzmán, e que mesmo que perdessem a guerra ainda poderiam ser um partido.

11. A República do Peru voltará a ser um sistema bicameral em 2026, após uma reforma constitucional promulgada em 2024.

regiões. Isso evidentemente não significa que toda a população de Lima faz parte da elite, e sim que, a ideologia da elite penetrou efetivamente na mentalidade da maioria da população trabalhadora de Lima, que se contentou com as migalhas do crescimento econômico.

2.2.1 *Securitização peruana*

A governança autoritária, politicamente e neoliberal na economia durante o governo Fujimori causou feridas que se mantêm abertas no sistema político peruano até hoje. Essas consequências são imprescindíveis para se entender a ascensão de Dina Baluarte à presidência em 2022, uma delas sendo, a fragmentação política e dissolução da força dos partidos políticos. Após diversas perseguições jurídicas e políticas durante a década de 90, os partidos políticos peruanos perderam grande parte da sua capacidade mobilizadora e organizativa. Isso resultou em uma política definida por grandes figuras, geralmente ligadas ao fujimorismo ou ao anti fujimorismo, que se filiam ou criam partidos apenas para disputar eleições, sem compromisso com programas partidários. Essa situação acabou sendo um cenário favorável à eleição de Pedro Castillo em 2021.

Pedro Castillo era até então um professor e líder sindical sem cargo eletivo que decide se candidatar em 2020 às eleições do ano seguinte. Durante boa parte da campanha, Castillo era considerado um outsider, com pouco tato em relação à política e com poucas chances de vencer. Porém, durante a campanha, pouco a pouco Castillo conseguiu se catapultar nas pesquisas, chegando então a quase 19% e tendo o direito de disputar o segundo turno com Keiko Fujimori. Castillo se consagra vitorioso daquela eleição, mas as condições políticas dessa eleição acabam se voltando contra ele quase que imediatamente.

A eleição de 2021 acabou presenciando uma série de tentativas de securitização, principalmente da candidata Keiko Fujimori, que mesmo após reconhecer a vitória de Castillo, ainda manteve seu discurso de que a vitória teria sido ilegítima¹² (G1 2021). Esse discurso se mostrou uma semente que posteriormente desabrocha na deposição de Castillo, que apesar de ter cometido diversos erros e ameaças às instituições do Peru, ainda sofreu com a securitização fujimorista. Keiko tentava imbuir na população a ideia de que Castillo era um comunista anti-mercado que incentiva o conflito dentro da sociedade peruana (Aquino 2021). Assim como ocorreu no Brasil, Keiko também tentava atribuir à imagem de Castillo uma suposta ligação com o Presidente da Venezuela Nicolás Maduro e o movimento chavista (Estado de Minas 2021). Independente se essas acusações tinham algum nível de fundamento ou não, o objetivo desses discursos era gerar medo e preocupação na população em relação à figura de Castillo, em uma tentativa de se angariar votos e apoio político para vencer as eleições ou anular posteriormente a vitória de Castillo.

O que se mostrou efetivo, porque, durante o breve governo de Pedro Castillo ele sofreu três tentativas de impeachment, além de constantemente ter que disputar narrativas e propostas com o Congresso, inclusive com seu próprio partido. Castillo se sentindo ameaçado e perante um cenário de rigidez institucional e política, decide tentar um autogolpe em 2022. O golpe falha, Castillo consegue reunir pouco apoio

12. Keiko tentou levar o caso à Organização dos Estados Americanos (OEA), porém, a organização não observou irregularidades no processo eleitoral peruano.

popular de imediato e principalmente, não consegue convencer as Forças Armadas de suas propostas governamentais e estratégicas daquele momento. Quem consegue se aproveitar dessa oportunidade é a própria Dina Boluarte, vice de Castillo que consegue articular um apoio dentro de alguns setores do partido e do exército, além de ter melhor diálogo com congresso do que Castillo, principalmente com os “fujimoristas” que seriam parte de sua base no congresso.

Boluarte aprofunda os rompimentos democráticos que já haviam surgido em decorrência da crise que a levou ao poder. A presidente, como agente securitizadora, explora o medo da população em relação à instabilidade, aos revolucionários de esquerda e à revolta no campo, decretando estado de emergência em diversas ocasiões para reprimir o crime organizado e a violência urbana (CNN Brasil 2024). Além disso, ela utiliza das forças policiais para reprimir duramente as manifestações nas áreas rurais e na capital Lima (O Globo 2023). O apogeu da repressão desde a posse de Boluarte foi o chamado massacre de Juliaca, ocorrido em 9 de janeiro de 2023 na cidade de Juliaca, localizada ao sul do território peruano. Nesse dia, manifestantes tomaram as ruas da cidade e marcharam em direção ao aeroporto de Juliaca a fim de protestar contra o governo, porém, foram confrontados pelas forças policiais, o que resultou em 18 mortes, sendo parte delas de menores de idade (Acebes 2023).

A reação do governo Boluarte ao massacre e as violências cometidas nos demais protestos foi de descaso e acusações contra os manifestantes. Em diversas ocasiões a presidente chamou os manifestantes de terroristas, além de admitir que ocorreram excessos de violência, mas justificando-os com o argumento de que, os anos de violência cometidos pelo Sendero Luminoso não podem se repetir (Acebes 2023). Consolida-se então um movimento securitizador iniciado durante a eleição, o status quo é mantido a partir da repressão da vontade popular e das instituições democráticas peruanas. Dina Boluarte, apesar de se mostrar insatisfeita com a própria posição, mostra-se refém das vontades do congresso, que administra a agenda do governo de maneira indireta. Keiko e o fujimorismo, apesar de terem perdido a eleição, conseguiram o apoio das elites econômicas para tomar medidas extraordinárias a partir do congresso e das Forças Armadas.

Considerando todos os pontos apresentados anteriormente neste artigo, debatemos a seguir as semelhanças e diferenças dos cenários peruano e brasileiro, a fim de identificar as tendências políticas regionais e evidenciar as peculiaridades de cada caso.

3. Semelhanças e diferenças

Ao longo da pesquisa fica evidenciado o quanto os agentes securitizadoras usaram no ato de fala um discurso sobre o “inimigo” para desqualificar seus rivais políticos, sempre usando o medo do comunismo para embasar a ameaça ao Estado. No Peru foi utilizado esse discurso, por Alberto Fujimori, para enfatizar que a guerra contra o terrorismo não havia acabado, logo após Guzman ser preso e o grupo terrorista Sendero Luminoso ser desfeito. Esse discurso é herdado por sua filha Keiko nas eleições de 2021 e pela presidente Dina Boluarte ao lidar com as manifestações contrárias a seu governo. Sobre o Brasil, o pensamento anticomunista foi utilizado pelos agentes securitizadores em diversas ocasiões, como nos golpes de 1937 e 1964 e nas eleições de 2018 e 2022. Os Estados se diferenciam pelo fato que o Peru foi ameaçado por mais de uma década

por atentados terroristas, de autoria comunista, enquanto o Estado brasileiro utilizou de uma ameaça em potencial para realizações de medidas extraordinárias.

Nos anos 60, o Brasil passou por inúmeras mudanças que causavam o medo do comunismo, seja por fatores internos (incremento de reivindicações¹³ e manifestações) ou por fatores externos (Guerra Fria e revoluções no Terceiro mundo), parte da população tinha receio que os comunistas tomariam o poder no futuro e outra parte não acreditava que era um perigo imediato (Motta 2014). Também houve mudanças nos anos 80 no Estado peruano, passando de um governo ditatorial para um governo civil, ao restabelecer a democracia, e com a descrença nas instituições políticas e militares, o novo governo peruano de Belaúnde foi atacado por uma ameaça comunista real. Em ambos os casos, o medo do comunismo foi utilizado como ferramenta política para justificar ações autoritárias e a violência do Estado.

Podemos observar que no Brasil, apesar das tentativas securitizadoras, houve um certo nível de desconfiança das elites com aquele processo. A possibilidade da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva não ameaçava as elites como a eleição de Pedro Castillo. Lula se mostrou um agente político mais experiente, conciliador e disposto a colaborar com as agendas econômicas vigentes. Enquanto Castillo era uma ameaça por conseguir mobilizar setores subalternizados da sociedade peruana, como os indígenas, os camponeses e a sociedade rural. Castillo também se mostrava como um agente mais agressivo, propenso a modificar a constituição peruana, o que poderia ameaçar o neoliberalismo constitucional presente desde a era Fujimori.

Essas diferenças entre os políticos vencedores das eleições se mostraram decisivas para definir ou não suas permanências no cargo. Essa situação também demonstra os limites das democracias latinas, onde as urnas não conseguem definir inteiramente o programa e futuro da nação. Fica evidente uma forte dependência do setor político ao setor econômico na região, que apesar de presenciar certo nível de resistência ainda é subserviente aos interesses das elites econômicas ligadas principalmente aos setores extrativistas exportadores.

A América Latina acaba não tendo total soberania sobre sua política interna e externa em razão de sua posição no sistema político global, é nítido a interferência na política latino-americana dos chamados países de primeiro mundo. Apesar do crescimento de importância dos Estados do chamado sul global¹⁴, os Estados latino-americanos ainda se encontram nessa posição de exportadores de matérias-primas e importadores de manufaturados com alto valor agregado. Isso aliena a política aos interesses da atual elite, que acabam comprando políticos e meios de comunicação a fim de preservar o sistema de produção e trabalho vigente.

Isso gera, tanto no Brasil quanto no Peru, um congresso fragmentado, despolitizado e chantagista. Onde os congressistas dificultam ao máximo a governabilidade do executivo, que se vê obrigado a ceder verbas e poderes ao legislativo para ser possível aprovar parte do programa de governo prometido nas campanhas. O que retroalimenta um sentimento anti político nessas sociedades, que veem um sistema político falido

13. O Governo de João Goulart foi marcado pela proposição de políticas reformistas, como, por exemplo, a reforma agrária, trabalhista e fiscal.

14. Entende-se aqui como sul global todos os que não fazem parte do norte global, aqui definido como, o grupo de Estados desenvolvidos, capitalistas, membros da hegemonia cultural e que perpetuam relações de dependência perante regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

e com poucas entregas à nação. Acaba-se criando então um cenário ideal para que agentes securitizadores oportunistas se aproveitam desse sentimento, como foi o caso das tentativas golpistas nas eleições dos bolsonaristas e dos fujimoristas. Acaba-se destruída qualquer possibilidade da política gerar mudanças substanciais contrárias aos interesses da elite dentro do campo eleitoral.

4. Considerações finais

Neste estudo, investigamos os impactos e origens da polarização política, explorando sua complexa relação com os movimentos securitizadores no Brasil e no Peru. Nossa análise revela como a polarização colabora para a criação de um terreno fértil para os movimentos securitizadores. A polarização, como o caso brasileiro nos demonstra, serve como catalisador para a securitização, mas não garante sua efetividade. O êxito depende do engajamento das elites e da convicção da população quanto à necessidade de agir com urgência diante da ameaça existencial presente no ato de fala.

Sobre a polarização, observou-se que ela possui características assimétricas e personalistas nos dois Estados, a ascensão de um líder carismático acarreta na alienação do debate público acerca da negação ou apoio perante aquela figura. Valendo-se da sua herança fujimorista, Keiko utilizava-se do discurso anticomunista e antiterrorista para descredibilizar a figura de Pedro Castillo. Movimento similar foi executado no Brasil por Jair Bolsonaro, que se aproveitava do anticomunismo criado ao longo das décadas. A história política mostrou-se relevante nesses dois casos, pois, propiciou aos agentes securitizadores ferramentas e justificativas com duplo efeito, ao mesmo tempo que os discursos sofriam inspiração da história, o que facilitava a aceitação perante as medidas extraordinárias, contudo, essa herança gerava resistência perante as instituições políticas que se sentiam ameaçadas por aquele processo

Agentes securitizadores frequentemente se inspiram em estratégias do passado, pois reativar o medo da população sobre um objeto já temido historicamente se mostra mais eficaz do que converter um novo objeto em uma ameaça percebida. Apesar das suas origens distintas, o comunismo continua a ser utilizado como ferramenta para amedrontar as massas na América Latina, especialmente durante as eleições, quando as paixões políticas são intensificadas. Nos dois cenários observados, foi-se explorado esse medo para descredibilizar políticos de esquerda, porém, no cenário peruano esse temor aparenta possuir mais materialidade, por influência da atuação do grupo Sendero Luminoso e das falas de Fujimori durante seu período no poder.

Durante a elaboração desse estudo, enfrentamos dificuldades relativas ao levantamento de análises sobre os recentes eventos tratados em ambos os Estados. Limitando-nos a utilizar primariamente fontes jornalísticas e análises de movimentos securitizadores mais antigos. A escassez de trabalhos nos abriu a possibilidade de contribuir para o estudo desses importantes eventos ainda pouco pesquisados, porém, isso aumentou a complexidade da elaboração do estudo em si. Esperamos que ocorra uma continuidade nos estudos acerca dos movimentos securitizadores aqui apresentados, o que consideramos essencial para a melhor compreensão da política brasileira e peruana.

Recebido em: 30/05/2024.

Aprovado em: 14/02/2025.

Referências

- Acebes, César Muñoz. 2023. *Deadly Decline: Security Force Abuses and Democratic Crisis in Peru*. Human Rights Watch. Acesso em: 15 maio. 2024. <https://www.hrw.org/report/2023/04/26/deadly-decline/security-force-abuses-and-democratic-crisis-peru>.
- Amaral, Luciana. 2021. Eduardo Bolsonaro diz que fala sobre fechar STF foi em “tom jocoso”. Acesso em: 28 mar. 2024. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/05/e-bolsonaro-fala-sobre-soldado-e-cabo-para-fechar-stf-foi-em-tom-jocoso.htm>.
- Aquino, Marco. 2021. Peru’s Fujimori says election battle between “markets and Marxism”. Acesso em: 14 maio 2024. <https://www.reuters.com/world/perus-fujimori-says-election-battle-between-markets-marxism-2021-04-19>.
- Aragão, Carlos Henrique, Cavalcante. 2023. *A Operação Lava Jato e a securitização do combate à corrupção*. 133 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Estadual do Ceará.
- Araújo, Igor Vieira de Almeida e Rafael Balardim. 2024. Os atos fascistas do 8 de janeiro de 2023: Uma análise sob a perspectiva de defesa e segurança nacional. Acesso em: 23 dez. 2024, *Conversas & Controvérsias* 11 (1): e45424. <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2024.1.45424>. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/conversasecontroversias/article/view/45424>.
- Brasil. 2023. *Decreto n.º 11.377, de 8 de janeiro de 2023: Decreta intervenção federal no Distrito Federal com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, nos termos em que específica*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Acesso em: 15 maio 2024. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11377.htm.
- Buzan, Barry e Lene Hansen. 2012. *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. 1ª edição. 576. São Paulo: Editora Unesp.
- Carmali, Sara. 2008. O conceito de segurança como “política de exceção”: uma avaliação crítica. *Relações Internacionais* (Lisboa) 18:113–127.
- CNN Brasil. 2024. Peru declara estado de emergência em partes do país por gangues criminosas. Acesso em: 14 maio 2024. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/peru-declara-estado-de-emergencia-em-partes-do-pais-por-gangues-criminosas>.
- Coimbra, Angelo Anderson Andrade. 2011. Partido Comunista do Peru Sendero Luminoso: ideologia, política e estratégias de guerrilha. Acesso em: 15 maio 2024. Monografia (Especialização em História e Culturas Políticas), Universidade Federal de Minas Gerais. <http://hdl.handle.net/1843/54720>.
- Estado de Minas. 2021. Peru aposta na “renovação democrática” da Venezuela, diz novo chanceler. Acesso em: 14 maio 2024. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/08/02/interna_internacional,1292207/peru-aposta-na-renovacao-democratica-da-venezuela-diz-novo-chanceler.shtml.

- France 24. 2023. Racism, polarization and poverty at heart of Peru protests. Acesso em: 6 maio 2024. <https://www.france24.com/en/live-news/20230120-racism-polarization-and-poverty-at-heart-of-peru-protests>.
- G1. 2021. Keiko Fujimori diz que vai reconhecer vitória “ilegítima” de Pedro Castillo em eleição presidencial do Peru. Acesso em: 14 maio 2024. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/19/keiko-fujimori-diz-que-vai-reconhecer-vitoria-ilegitima-de-pedro-castillo-em-eleicao-presidencial-do-peru.ghtml>.
- González, Miguel Ángel González. 2004. El Perú bajo Fujimori: Alumbramiento, Auge y Ocaso de una Dictadura Peruana. Acesso em: 19 abr. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidad Complutense de Madrid. <http://biblioteca.ucm.es/tesis/cps/ucm-t27703.pdf>.
- Losurdo, Domenico. 2015. *A luta de classes: Uma história política e filosófica*. 1ª edição. 400. São Paulo: Boitempo.
- Maciel, Camila. 2021. Alberto Fujimori será julgado por esterilização forçada de 350 mil mulheres no Peru. Acesso em: 20 abr. 2024. <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/28/alberto-fujimori-sera-julgado-por-esterilizacao-forcada-de-350-mil-mulheres-no-peru>.
- Marinho, Michelle. 2009. Fujimori é condenado a 25 anos de prisão no Peru. Acesso em: 20 abr. 2024. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/04/090407_fujimori_rc.
- Mezzaroba, Orides. 1992. Plano Cohen: A Consolidação do anticomunismo no Brasil. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos* 13 (24): 92–101.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. 2014. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. Acesso em: 21 maio 2024, *Tempo* (Niterói) 18 (36): 9–34. <https://www.scielo.br/j/tem/a/4mzxk86nwdQfYdjfHpKmjNt/?lang=pt>.
- O Globo. 2023. “Tomada de Lima”: Manifestantes voltam às ruas no Peru em dia de protestos contra o governo de Dina Boluarte. Acesso em: 14 maio. 2024. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/19/tomada-de-lima-manifestantes-voltam-as-ruas-no-peru-em-dia-de-protestos-contra-o-governo-de-dina-boluarte.ghtml>.
- Orsini, Adriana Goulart de Sena e Ronan Ramos de Oliveira Júnior. 2023. Polarização política e resolução de conflito de valor. *Revista de Ciências do Estado* 8 (1): 1–25.
- Ortellado, Pablo, Marcio Moretto Ribeiro e Leonardo Zeine. 2022. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública* (Campinas) 28 (1): 62–91.
- Rengifo, Edgar e Marco Antonio Rochoael França. 2016. Peru: Fujimori e o autogolpe de 1992. *Instituto Memória Editora*.
- Singer, André. 2021. A reativação da direita no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/BHXTTx8b7Fk78jfDLRRmr8j/?format=pdf>. Acesso em: 15 maio. 2024, *Opinião Pública* (Campinas) 27 (3): 705–729.
- Zovatto, Daniel. 2022. O superciclo eleitoral latino-americano 2021–2024. Disponível em: <https://dialogopolitico.org/edicao-especial-2022-eleicoes/o-superciclo-eleitoral-latino-americano-2021-2024/2024>. Acesso em: 27 mar. 2024, *Diálogo Político: Edição Especial 2022 Eleições* (Montevidéu) 2:8–19.